

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na IIª Série do Diário da República de 18 de agosto de 2001.

O regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido no POCAL determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1 – O Mundo em 2017.

Algumas breves notas que caracterizam a sociedade, sempre mais globalizada, durante o ano de 2017.

Um ano mais e a crise financeira iniciada em 2008, não estando ultrapassada, parece mais distante, embora se mantenham recuperações diferenciadas entre os diversos países e povos e, como se espera em economias de mercado, progredindo acentuadamente nas elites nacionais e tenuemente entre os mais desfavorecidos.

Segundo previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) conhecidas em dezembro de 2017, as projeções macroeconómicas selecionadas para 9 países, são as seguintes:

	PIB		INFLAÇÃO		BALANÇA CORRENTE		TX DESEMPREGO	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
PORTUGAL	2,5	2,0	1,6	2,0	0,4	0,4	9,7	9,0
ESPANHA	3,1	2,5	2,0	1,5	1,9	2,0	17,1	15,6
GRÉCIA	1,8	2,6	1,2	1,3	-0,2	-0,1	22,3	20,7
ALEMANHA	2,0	1,8	1,6	1,5	8,1	7,7	3,8	3,7
FRANÇA	1,6	1,8	1,2	1,3	-1,1	-0,8	9,5	9,0
ITÁLIA	1,5	1,1	1,4	1,2	2,7	2,3	11,4	11,0
IRLANDA	4,1	3,4	0,4	1,5	3,4	3,5	6,4	5,9
BRASIL	0,7	1,5	3,7	4,0	-1,4	-1,8	13,1	11,8
ANGOLA	1,5	1,6	30,9	20,6	-4,8	-4,5	-	-

Fonte: Previsões do FMI

Trata-se de um cenário razoavelmente otimista, aqui se recordando que o mesmo FMI estima em 3,7% o crescimento a nível mundial. Não se deixa de realçar que nos quatro indicadores evidenciados, Portugal – apesar da sua crónica vulnerabilidade económica - apresenta agora valores comparáveis, por exemplo, com uma das grandes economias europeias como é a Itália.

Continuam vários conflitos de âmbito regional, com maior incidência no norte e centro de África. Na Europa tem-se a perceção duma melhor resposta a ataques indiscriminados, a maioria advenientes do chamado Estado Islâmico, melhoria a que não será igualmente alheia a redução muito significativa que este dito Estado teve durante o ano findo, pelo menos em termos de controlo territorial.

Mantém-se uma vaga sem paralelo de movimentos migratórios, com claras perturbações, sociais, económicas e políticas, em largos espaços do mundo. No entanto as respostas, sobretudo na Europa, ainda que insuficientes, parecem mais adequadas que no passado recente.

Relativamente às questões ambientais, mantém-se uma situação de força por parte da generalidade dos países europeus e asiáticos (com particular destaque para a posição da China), assistindo-se agora a um recuo da posição minoritária dos Estados Unidos. No entanto, importa que o futuro próximo esclareça se este recuo é meramente retórico, tático e diplomático ou se ele se virá a traduzir em ações concretas. Infelizmente, poucos acreditam neste caminho que, inevitavelmente iria pôr em crise muito da economia americana e mesmo da conceção de sociedade maioritária naquele país.

À sombra dos eventos desportivos internacionais, parece assistir-se a algum degelo nas críticas relações entre as duas Coreias, mas seguramente trata-se duma matéria muito volátil, suscetível de inflexões profundas ao mínimo abanão. Neste particular falta conhecer a profundidade e extensão da desconfiança dos EUA quanto àquela aproximação e da forma como se irá posicionar no futuro próximo.

Finalmente uma breve referência à mudança de protagonistas políticos em Angola, tendo-se apenas iniciado um percurso diferente, que ainda ninguém percebeu se é um novo percurso ou apenas uma nova roupagem, mas que já deixou alguma estupefação em muitos quadrantes.

2 – A Europa em 2017.

Com maior ou menor influência, poder-se-á dizer que todos os movimentos referidos tiveram repercussão a nível estritamente europeu, continuando a ser especialmente relevante a crise migratória originada pela fuga de milhares de cidadãos de zonas de conflitos. Mas outros fatores estiveram em evidência neste espaço continental, destacando-se:

A consolidação da retoma de crescimento económico que superou as estimativas – projeta-se na zona do euro, um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,4% em 2017, de 2,3% para 2018 e de 2,0% para 2019, segundo fontes da Comissão Europeia, na revisão efetuada na chamada previsão de Inverno.

Os crescimentos em desaceleração do PIB na Europa são melhores que as previsões anteriores, apesar do Brexit, que continua o seu caminho até à porta de saída, mas aparentemente de forma mais coordenada. Também não escapará a este melhor clima da confiança europeia, os menores receios quanto a uma eventual onda de nacionalismos, depois das respostas conhecidas no caso da Catalunha ou da posição política muito recente do presidente francês, referindo-se à questão da Córsega.

Ao nível do espaço comum europeu, verifica-se que a forte diminuição dos estímulos económicos criados e mantidos pelo Banco Central Europeu (BCE) não está a produzir os reflexos derrotistas que alguns vaticinavam, designadamente nos países que sofreram intervenções externas.

Ciclicamente, a Europa continua a ser um alvo preferencial de atentados dirigidos indiscriminadamente

aos seus cidadãos. No entanto, parece configurar-se um cenário menos penoso, quer em função de um menor número de ocorrências, quer duma menor eficácia, quer, finalmente, duma melhor resposta das diversas forças de informação e segurança envolvidas.

3 – Portugal em 2017.

Em 2017, na ótica meramente económica, Portugal viveu seguramente o melhor ano da última década.

Estima-se que o PIB nacional se tenha alcançado aos 2,7%, superior às estimativas para a zona do euro (2,5%), dos EUA (2,3%) ou do Japão (1,8%).

Continuou a assistir-se a uma descida significativa da taxa de desemprego, embora não seja possível comparar este bom valor quantitativo com as variações ocorridas no lado da qualidade do emprego. Em todo o caso, o final do ano chegou com um valor inferior aos dois dígitos e, cumulativamente assistiu-se a uma efetiva criação de emprego.

Ano	Taxa de desemprego	Taxa de emprego
2013	16,2	49,6
2014	13,9	50,6
2015	12,4	51,2
2016	11,1	51,9
2017	8,9	Não disponível

Fonte: Pordata

Embora o valor final da taxa de emprego para 2017 ainda não esteja disponível, de acordo com o Boletim Estatístico do Banco de Portugal de fevereiro de 2018, aquela taxa tinha sofrido os seguintes apuramentos, por trimestre:

Período	Varição da taxa de emprego
I trimestre	3,2
II trimestre	3,4
III trimestre	3,0
IV trimestre	Não disponível

Ainda a propósito do desemprego, refira-se que, de acordo com o jornal “ Sem mais ” coligindo dados do INE e do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no distrito de Setúbal, todos os concelhos viram as respetivas taxas de desemprego melhorarem, conforme se verifica no quadro infra:

Variação da Taxa de Desemprego – Distrito de Setúbal – Por Concelho

Concelho	Variação 2016/17
Alcácer do Sal	-34,01
Alcochete	-15,99
Almada	-12,60
Barreiro	-12,07
Grândola	-11,35
Moita	-13,15
Montijo	-15,71
Palmela	-24,44
Santiago do Cacém	-27,93
Seixal	-27,27
Sesimbra	-22,43
Setúbal	-19,62
Sines	-19,12
Total distrito	-18,55

Ainda que de forma mitigada, igualmente se continuou a assistir à recuperação do rendimento das famílias, de forma mais notória nos rendimentos mais baixos – muito por força da subida do Salário Mínimo Nacional – sendo que idêntica política de rendimentos está prevista para 2018, porventura de forma um pouco mais visível, por força da ação conjugada do descongelamento parcial das carreiras na função pública, dos acréscimos das pensões e da atualização das tabelas de retenção do IRS.

Quanto à dívida, em boa verdade, porventura ao contrário do expectável, o seu valor subiu. No entanto, em percentagem do PIB, indicador mais utilizado, o mesmo deverá ter descido em relação a dezembro de 2016, eventualmente caindo abaixo dos 128% (o valor final, à data da elaboração deste documento ainda não estava disponível). Em valor e na ótica de Maastricht, o acréscimo verificado é algo superior a 2 mil milhões de euros.

No que diz respeito ao défice, não sendo ainda conhecido o seu valor final, tudo aponta para um valor muito próximo de 1,2%. Se nos lembrarmos que há apenas um ano se discutia a possibilidade de Portugal sair do procedimento por défice excessivo, então facilmente se poderá concluir que este indicador já não está – como esteve ao longo de vários anos – no centro das políticas macroeconómicas de quem tutela as finanças no País.

Ainda uma palavra para o Investimento. Ainda são escassos os indicadores disponíveis, mas, citando as previsões de Primavera do Banco de Portugal, conhecidas em Dezembro de 2017, estima-se que neste ano de 2017 o investimento tenha crescido cerca de 8%. Mas aqui apresentam-se dois tipos de

problemas: por um lado partiu-se dum valor bastante baixo, o que nem sequer permitirá atingir os níveis de 2007; por outro lado, o 4º trimestre já apresenta uma desaceleração (que o início de 2018 parece confirmar) o que augura alguma contração para 2018. No conjunto dos elementos macroeconómicos nacionais, este é seguramente o resultado menos conseguido.

Finalmente importa dizer que falta cumprir um desígnio fundamental de qualquer sociedade organizada. Depois de dois anos de recuperação económica, depois de se ter chegado ao final do exercício de 2017 com indicadores macroeconómicos altamente favoráveis, depois de se assistir a níveis de confiança há muito esquecidos, importará conduzir com eficácia os proventos obtidos para a sociedade, de forma bem mais vincada que aquilo que tem sido conseguido. A questão central, nesta área, será a de saber até que ponto o poder nacional está disponível para flexibilizar mais a sua prática de equilibrista no fio da navalha entre as normas europeias de cariz vincadamente conservador e as necessidades sociais que, para largos setores da sociedade, continuam a pecar pela escassez de recursos, sejam eles os coletivos e públicos, ou os das famílias e empresas. O futuro começa hoje, amanhã já será possível ver o rumo que vai ser prosseguido.

4 – Análise na ótica orçamental – 2017.

Como é habitual vamos iniciar esta análise focando a atenção nas receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Globalmente, e como se verá a seguir com maior detalhe, 2017 traduziu-se num exercício que apresenta um acréscimo global de 4,11% das Receitas arrecadadas, 0,34%, resultante da subida das **Receitas Correntes**, 3,29% em resultado da subida das **Receitas de Capital** e, finalmente, 33,91% em face do forte acréscimo das **Outras Receitas**, esta muito por força do saldo orçamental transitado do exercício anterior.

No quadro seguinte verifique-se e comparem-se os registos dos valores relativos à globalidade da Receita Municipal:

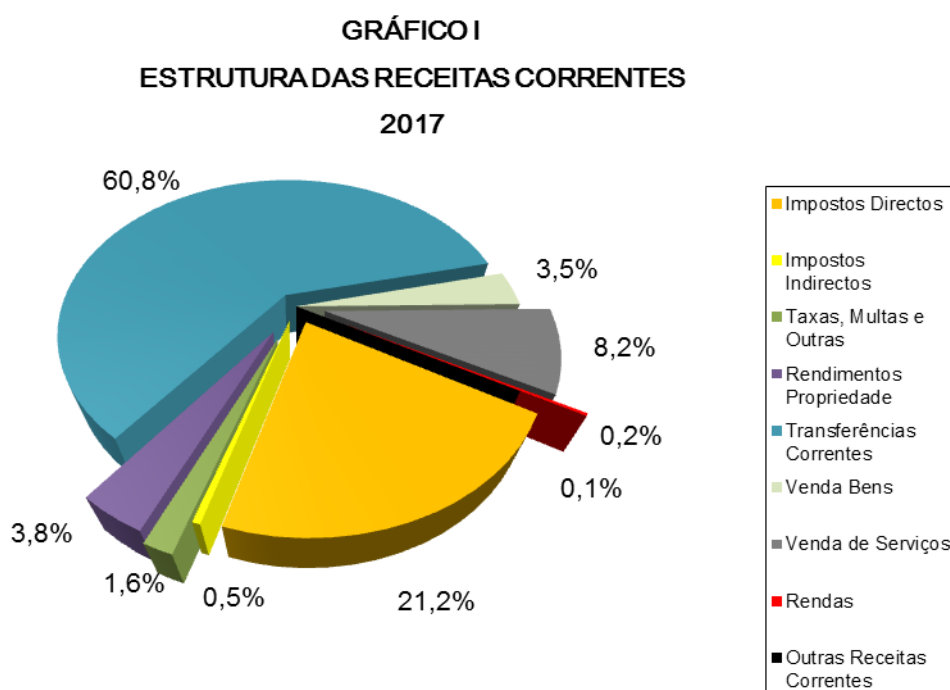
QUADRO I					
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS					
	(em euros)				
Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Rubricas					
Impostos Diretos	3.808.451,07	2.899.170,55	2.945.264,96	2.717.594,03	3.143.798,82
Impostos Indiretos	1.537.346,38	40.305,48	50.786,91	76.358,06	67.574,18
Taxas, Multas e Outras	275.152,03	272.328,87	280.954,22	353.465,90	243.277,52
Rendimentos Propriedade	822.179,44	871.626,39	1.050.924,25	962.808,24	558.534,52
Transferências Correntes	7.777.045,06	8.407.377,90	8.707.256,45	8.853.904,34	9.015.811,26
* Fundo Eq. Fin. Corrente	6.970.883,00	7.626.925,00	7.956.661,00	8.070.180,00	8.338.942,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
* Outras	806.162,06	780.452,90	750.595,45	758.724,34	676.869,26
Venda Bens	567.707,81	530.098,75	562.072,53	503.955,37	518.370,44
Venda de Serviços	272.491,13	309.206,56	746.699,06	1.228.688,17	1.213.492,30
Rendas	47.639,51	41.053,31	36.663,80	33.936,69	35.916,13
Outras Receitas Correntes	70.823,14	93.475,55	58.753,01	35.863,35	20.221,18
T. RECEITAS CORRENTES	15.178.835,57	13.464.643,36	14.439.375,19	14.766.574,15	14.816.996,35
Venda Bens Investimento	60.675,61	18.981,37	328.191,81	166.042,00	20.837,45
Transferências de Capital	2.375.762,86	1.109.987,69	2.170.893,72	1.152.974,99	1.342.847,51
* Fundo Eq. Fin. Capital	1.742.721,00	847.436,00	884.073,00	896.687,00	926.549,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	633.041,86	262.551,69	1.286.820,72	256.287,99	416.298,51
* Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	287,48	18.388,21	55.199,77	1.248,91	0,00
T. RECEITAS CAPITAL	2.436.725,95	1.147.357,27	2.554.285,30	1.320.265,90	1.363.684,96
Rep. não abat. nos pagam.	21.056,92	384,85	200.092,34	1.419,74	768,37
Saldo orçamental	837.698,15	1.566.267,61	867.415,04	1.901.035,53	2.546.848,99
T. OUTRAS RECEITAS	858.755,07	1.566.652,46	1.067.507,38	1.902.455,27	2.547.617,36

Do conjunto de rubricas que compõem as **Receitas Correntes**, merecem especial atenção, pela positiva, os *Impostos Diretos* – que serão detalhados mais à frente – e as *Transferências Correntes*. Negativamente, influenciaram o resultado obtido os *Rendimentos de Propriedade*, as *Taxas, Multas e Outras Penalidades* e os *Impostos Indiretos*. Ainda uma palavra para o forte decréscimo da rubrica *Outras Receitas Correntes*, redução que, salvo melhor opinião, traduz essencialmente um esforço dos serviços na melhor classificação das receitas obtidas.

Para além dos *Impostos Diretos*, merecem destaque duas situações: por um lado, o decréscimo observado na rubrica *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que, no fundamental, foi provocado pela área

dos loteamentos e obras; por outro lado a descida verificada nos *Rendimentos de Propriedade*. Neste caso, duas situações concorreram para a queda do valor apurado – por um lado, o facto da renda do último trimestre, em 2016 e relativa à concessão à EDP ter dado entrada no mesmo ano, enquanto em 2017 tal só se vir a verificar no ano imediato. Só por si, este facto é responsável por quase 45% da quebra de receita verificada; por outro lado, durante o ano de 2017 não foi apurada qualquer receita da AGDA, relativa à concessão de edifícios e equipamentos municipais, uma vez que aquela entidade não cumpriu o compromisso de uniformizar os valores devidos aos diversos municípios envolvidos.

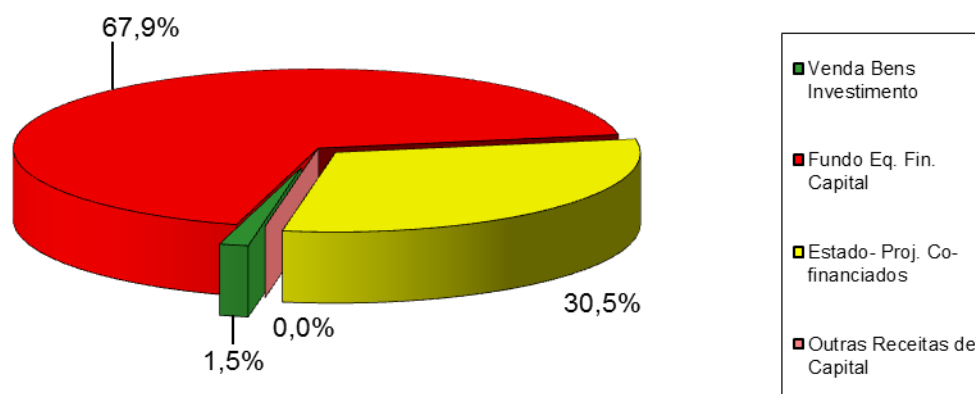
O peso de cada componente das **Receitas Correntes** vai evidenciado no gráfico I.



Relativamente à componente das Receitas de Capital, apenas merece realce o acréscimo registado na rubrica relativa aos projetos cofinanciados, que apresenta um crescimento de 62,43%, pese embora se deter em valores de escasso significado.

Tal como se apresentou na componente corrente, vejamos agora qual a estrutura que se verifica no lado das **Receitas de Capital**:

GRÁFICO II
ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL
2017



Relativamente à estrutura apresentada e em comparação com a estrutura verificada no exercício precedente, realça-se que nenhuma componente sofreu uma variação superior a 0,4 pontos, ou seja, mantém-se o mesmo tipo de estrutura pré-existente; na componente das **Receitas de Capital** a modificação estrutural é bem mais profunda, destacando-se o acréscimo do peso das *Receitas de Cofinanciamento* em mais 15,6 pontos e o decréscimo da *Venda de Bens de Investimento*, que caiu 11,1 pontos percentuais.

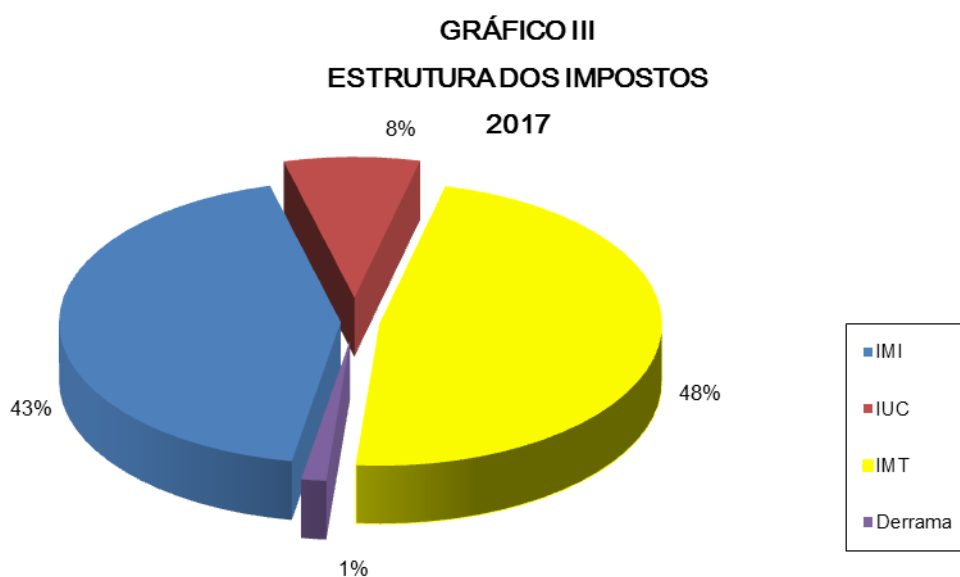
Analisando agora o comportamento dos *Impostos Diretos* recebidos durante 2017, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

QUADRO II					
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS					
	(em euros)				
Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Rubricas					
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	1.536.085,69	1.938.334,27	1.420.764,08	1.308.445,65	1.357.400,32
IUC- Imposto Único de Circulação	254.892,51	234.662,78	227.698,89	230.731,33	245.359,52
IMT - Imposto Municipal Trans.Onerosas	1.674.911,16	595.359,89	1.296.062,14	1.178.417,05	1.496.148,04
Derrama	342.561,71	130.766,35	739,85	0,00	44.890,94
TOTAL IMPOSTOS DIRETOS	3.808.451,07	2.899.123,29	2.945.264,96	2.717.594,03	3.143.798,82

Apesar do crescimento global obtido – 15,68% – a grande novidade reside na circunstância de ter sido obtido um (pequeno) valor de Derrama, o que já não acontecia há cerca de 2,5 anos, período que foi necessário para ser devolvida uma receita do mesmo Imposto que, em fase posterior ao seu pagamento, foi considerada pelos serviços fiscais como não devida.

Acresce referir que o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas*, pela segunda vez no quinquénio, foi o principal responsável pela receita obtida, ultrapassando o *Imposto Municipal sobre Imóveis* que, todavia, susteve a queda que vinha apresentando desde 2014.

A respetiva estrutura apresenta agora o aspeto transmitido pelo gráfico seguinte:



Depois de analisada a componente da Receita, vejamos como ocorreu o comportamento da **Despesa Municipal**, começando por apresentar os valores registados no último quinquénio:

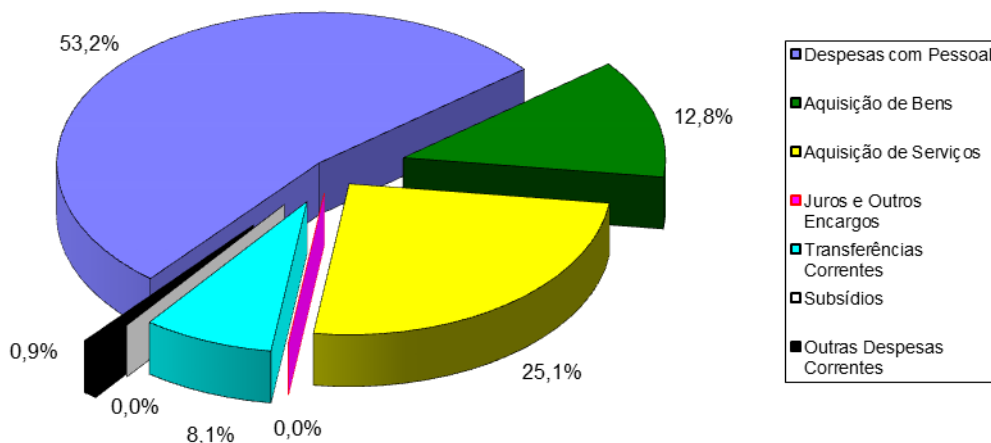
QUADRO III					
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS					
					(em euros)
Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Rubricas					
Despesas com Pessoal	6.072.906,68	6.750.716,58	7.183.465,00	7.349.950,84	7.465.664,71
Aquisição de Bens	1.559.331,12	1.570.187,14	1.595.482,86	1.503.889,68	1.789.682,19
Aquisição de Serviços	3.145.316,95	3.735.870,61	3.427.009,38	3.551.950,83	3.526.726,47
Juros e Outros Encargos	19.770,56	24.941,40	8.590,72	3.216,40	2.177,54
Transferências Correntes	1.487.193,38	1.239.950,21	1.352.395,82	1.204.395,81	1.130.377,25
* Administração Local	277.333,21	244.761,66	230.369,88	272.825,27	301.834,23
* Inst. Sem Fins lucrat.	445.717,74	415.060,72	413.999,03	490.253,44	468.303,01
* Outras Transferências	764.142,43	580.127,83	708.026,91	441.317,10	360.240,01
Subsídios	1.294.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	148.009,90	82.643,94	185.423,42	203.332,28	121.459,68
T. DESPESAS CORRENTES	13.726.908,59	13.404.309,88	13.752.367,20	13.816.735,84	14.036.087,84
Investimento	828.567,03	655.516,04	2.034.838,89	1.054.909,76	1.185.460,66
* Terrenos	0,00	0,00	30.000,00	108.390,00	0,00
* Habitações	1.624,65	619,56	0,00	0,00	0,00
* Edifícios	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92	371.726,64
* Construções Diversas	49.588,44	0,00	158.451,50	35.082,74	204.919,02
* Outros investimentos	143.849,89	496.260,44	772.325,82	600.178,10	608.815,00
Bens do domínio público	1.902.043,67	867.989,37	118.078,76	307.828,93	1.663.104,96
Transferências de Capital	424.661,60	211.848,06	162.598,82	94.704,63	87.432,43
Ativos Financeiros	0,00	0,00	118.512,00	118.512,00	118.512,00
Passivos Financeiros	145.501,06	110.093,14	69.282,23	61.730,43	61.950,99
Outras Despesas de Capital	0,00	103.897,07	0,00	26.313,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	3.300.773,36	1.949.343,68	2.503.310,70	1.663.998,75	3.116.461,04
TOTAL das DESPESAS	17.027.681,95	15.353.653,56	16.255.677,90	15.480.734,59	17.152.548,88

Aprofundando as situações relevantes, do lado das **Despesas Correntes**, regista-se que apenas três rubricas deste tipo de despesas apresentam acréscimos de valor, sendo a maior respeitante à *Aquisição de Bens* (+19,0%) e a menor as *Despesas com Pessoal* (+1,57%). Qualquer destas duas situações será detalhada mais à frente. Quanto às reduções verificadas, a mais expressiva em percentagem reporta-se aos Juros e Outros Encargos (-32,3%), seguindo-se a rubrica das Outras Transferências (-18,37%).

Do lado das **Despesas de Capital**, a rubrica responsável pelo acréscimo global verificado foi o investimento em *Bens do Domínio Público* que atingiu a cifra de + 440,27%, bem à frente do investimento em *Edifícios* que se ficou pelos +19,43%.

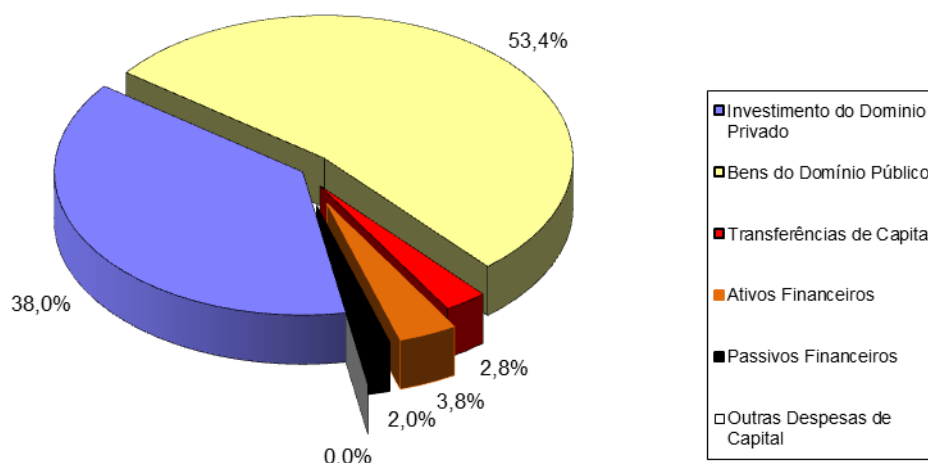
O peso relativo das **Despesas Correntes** e das **Despesas de Capital** vem bem evidenciado nos gráficos seguintes:

GRÁFICO IV
ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES
2017



O peso relativo de cada componente é muito semelhante ao do ano anterior – por exemplo as *Despesas com Pessoal*, apresentam exatamente o mesmo peso estrutural – assistindo-se a um acréscimo de cerca de 2,5 pontos da *Aquisição de Bens*, em detrimento de pequenos decréscimos das *Aquisições de Serviços* e das *Transferências Correntes*.

GRÁFICO V
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL
2017



O gráfico V evidencia de forma muito clara uma forte inversão da parcelas relativa aos Investimentos efetuados, quer se trate de Investimentos no Domínio Privado do Município, quer se trate de Investimentos no Domínio Público, pesando agora estes em mais de metade, e em conjunto, ambos representando 91,4% das **Despesas de Capital**.

Entre muitos outros, os Investimentos que mais contribuíram para este desfecho foram, por ordem decrescente, (o peso indicado refere-se à totalidade dos Investimentos no Domínio Público):

- A recuperação da Estrada Alberge-Casebres, com um contributo 29,4%;
- A recuperação de diversos arruamentos em várias localidades (Alcácer do Sal, Batão, Santa Catarina, etc.), com um contributo de 8,7%;
- Recuperação e modernização de infraestruturas, sobretudo na Calçada da Fonte Nova e em Santa Catarina, com um contributo de 7,1%;
- A Iluminação de espaços históricos monumentais, com um contributo de 6,6%;
- A recuperação de diversas azinhagas periféricas, com um contributo de 6,0%;
- A criação de dois corredores cicláveis, com um contributo de 3,8%.

Analise-se agora com mais detalhe diversas rubricas das Despesas Correntes, começando pelas Despesas com Pessoal que, como já foi referido, cresceram 1,57% (o que se traduz no menor crescimento do último quinquénio) e que, como é conhecido, constituem a maior despesa na área corrente. Para tal atente-se nos valores inseridos no quadro seguinte:

QUADRO IV					
DESPESAS COM PESSOAL					
					(em euros)
	2013	2014	2015	2016	2017
Rubricas					
Memb. Órgãos autárquicos	141.588,38	144.708,02	140.553,82	151.300,95	143.358,90
Pessoal quadros em funções	3.001.988,97	2.935.538,51	3.363.354,42	3.352.124,42	3.400.633,65
Pess. Contratado a termo	101.830,61	5.424,39	6.050,96	18.961,61	8.410,36
Pess. Reg. Tarefa/Avença	133.773,18	278.858,71	357.745,41	436.248,44	511.927,24
Pess. aguardando aposentação	605,73	10.709,35	2.144,36	1.510,11	4.395,39
Pessoal qualq. outra situação	239.449,57	621.533,73	319.367,16	270.264,76	266.169,92
Despesas de representação	34.748,34	37.460,16	37.175,98	37.237,40	37.995,77
Subsídio de Refeição	361.722,95	412.463,35	408.639,61	370.593,30	420.926,79
Sub. Férias e de Natal	573.477,33	583.836,05	634.269,31	648.523,15	654.568,11
Rem. Doença, Mater. e Pater.	28.002,23	49.208,23	94.031,59	69.187,07	88.546,72
Horas Extraordinárias	177.138,71	221.584,68	213.497,29	234.209,11	234.223,47
Ajudas de Custo	15.704,24	24.282,19	42.757,36	41.471,91	28.120,65
Abono para falhas	3.903,64	8.985,15	15.350,02	26.898,24	21.527,02
Subsídio de turno	36.602,55	54.009,64	65.864,91	69.170,55	71.456,02
Indemn. cessação de funções	6.908,51	1.332,10	0,00	0,00	0,00
Outros Suplementos e prémios	19.237,22	15.916,59	14.315,21	15.872,32	14.491,48
Encargos com a saúde	184.892,04	141.498,44	176.280,71	296.920,44	230.558,46
Outros encargos com a saúde	39.097,73	35.165,23	47.596,34	45.214,21	44.604,91
Subs. familiar crianças/jovens	35.736,79	37.627,94	33.428,67	40.446,46	37.382,81
Outras prestações familiares	0,00	0,00	0,00	2.566,80	8.723,46
Contribuições CGA	619.024,36	728.267,64	763.181,99	758.684,26	744.062,63
Contribuições regime geral	199.819,47	217.441,37	385.197,07	391.217,45	421.167,11
Outras cont. para a seg. social	60.230,08	122.524,39	0,00	8.919,63	11.812,15
Acidentes em serv./Doenç. prof.	0,00	0,00	5.807,88	2.117,60	8.150,58
Outras pensões	14.862,19	11.296,06	4.805,55	8.532,37	0,00
Seguros	34.418,91	37.045,50	39.916,76	49.057,23	50.708,06
Outras despesas segurança social	8.142,95	13.999,16	12.132,72	2.701,05	1.743,05
Deslocações e estadas	5.131,71	5.691,57	6.328,15	6.055,10	4.892,12
TOTAL DESPESAS c/Pessoal	6.078.038,39	6.756.408,15	7.189.793,25	7.356.005,94	7.470.556,83

Esclareça-se desde já que o valor global apresentado no quadro supra é diferente do total da classe económica 01, uma vez que se entendeu dever anexar uma rubrica do grupo das aquisições de serviços, no caso a rubrica *Deslocações e Estadas*.

Se analisássemos os valores inseridos no Quadro IV, com o critério utilizado no Relatório do exercício transato – a saber, detalhar as rubricas que, cumulativamente apresentem um valor final de pelo menos 50 mil euros e uma variação de, pelo menos, 10% - verificaríamos que apenas duas rubricas preenchem aqueles requisitos: o *Pessoal em regime de Tarefa e Avença* que cresceu 17,3%, equivalentes a 75.678,80€ e os *Encargos com a Saúde* que registaram uma quebra de 22,4%, equivalentes a 66.361,98€ .

Quanto ao primeiro caso dir-se-á que porventura se terá alcançado o maior valor de despesa nos anos mais próximos, em face da progressiva abertura que a legislação que vem sendo publicada nesta área tem vindo a consagrar e que permitirá resolver de forma mais adequada o vínculo de mais de duas dezenas de pessoas. Relativamente ao segundo caso, importa dizer que ele é essencialmente fruto de um critério diferente do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no apuramento dos encargos suportados pelo Município, relativamente à saúde dos seus funcionários, assim se invertendo um crescimento exponencial que a legislação para 2016 permitiu e que penalizou negativamente os recursos municipais naquele ano.

Mas, outras rubricas, ainda que não cumprindo aqueles critérios, merecem breves comentários.

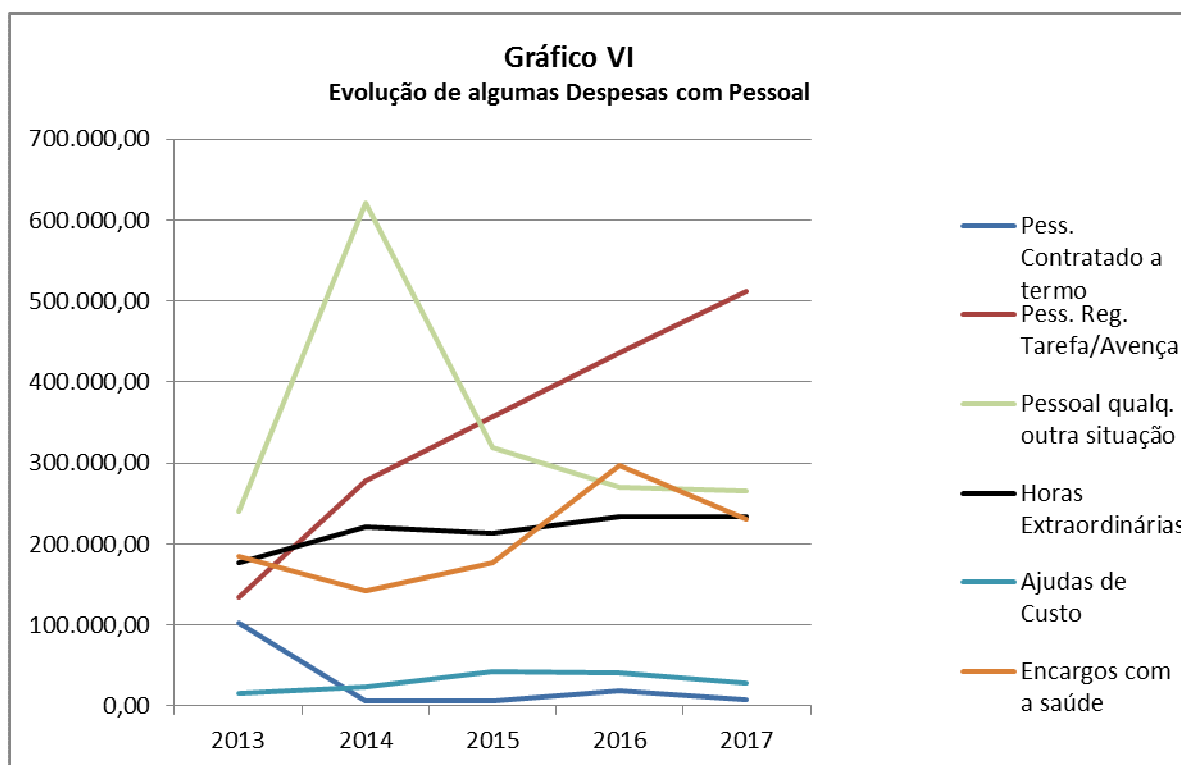
Desde logo uma palavra para a queda em 2017 e face a 2016, em mais de 55% da componente relativa a *Pessoal Contratado a Termo*, procurando-se assim minimizar a instabilidade a que este vínculo implica e que se ficou por um valor meramente residual – e que agora é de cerca de 8% do valor homólogo pago em 2013.

Também o valor atingido na rubrica relativa à *Remuneração por Doença, Maternidade e Paternidade* merece realce, pela negativa (dada a perceção do seu valor ser essencialmente à custa da componente de doença), realçando-se os elevados valores que vem atingindo nos últimos anos.

Correlacionado com este tema e no mesmo sentido, igualmente se destaca o crescimento muito forte da rubrica *Acidentes em Serviço* - +284,9% - de 2016 para 2017, embora apresente um valor final reduzido.

Finalmente uma palavra para distinguir o valor atingido em 2017 com o somatório das contribuições para a CGA e para a Segurança Social, que já representam mais de 15% das ***Despesas com Pessoal***.

O gráfico VI, a seguir inserido, permite visualizar noutra perspetiva seis das rubricas em análise, facilitando-se assim uma leitura diferente destas componentes, ao longo dos últimos cinco anos:



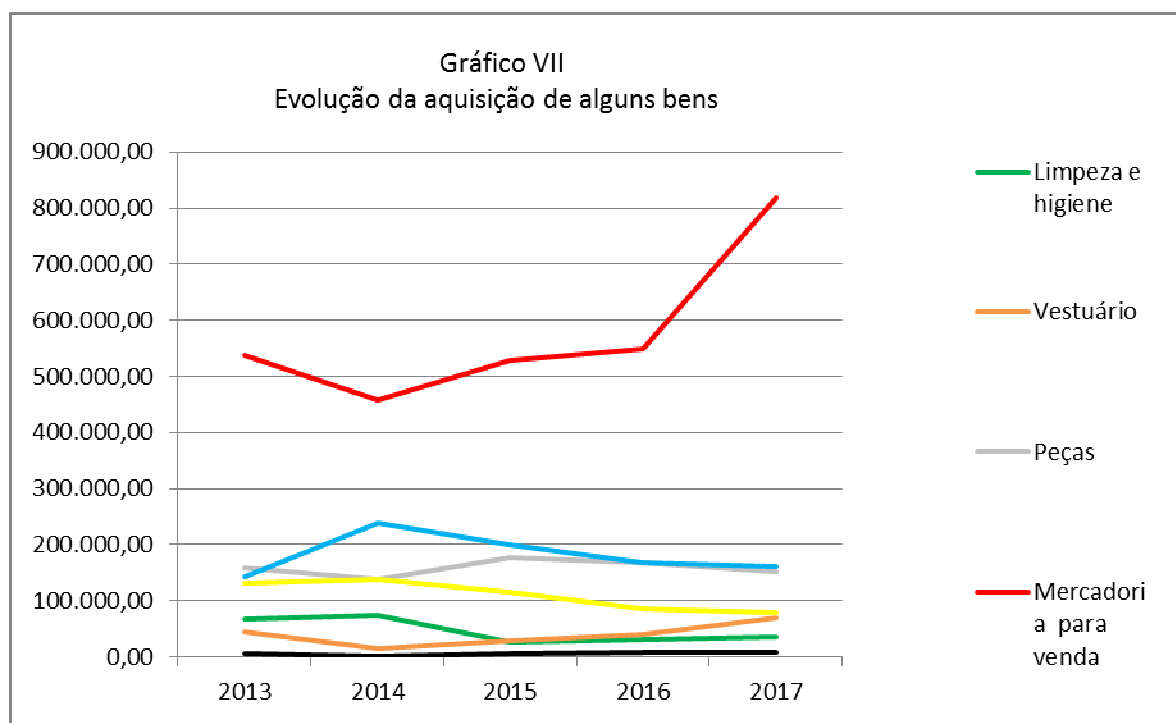
As parcelas relativas às *Aquisições de Bens e Serviços*, em 2017, representaram mais de 35% do conjunto das **Despesas Correntes**. Parece assim adequado aprofundar melhor estas duas áreas. Vejam-se os valores inscritos no quadro V, onde se espelha a evolução da *Aquisição de Bens* ao longo dos últimos 5 anos:

QUADRO V					
AQUISIÇÃO DE BENS					
	(em euros)				
Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Matérias-primas e subsidiárias	142.044,22	238.384,31	199.736,79	166.449,73	160.725,14
Combustíveis e Lubrificantes	363.459,68	378.056,52	347.986,99	325.022,46	338.516,04
Limpeza e higiene	67.918,05	74.817,65	25.346,16	29.818,38	35.302,40
Alimentação	58.500,95	42.016,30	45.456,60	47.223,90	54.778,61
Vestuário	43.462,46	13.927,74	27.835,11	38.718,98	68.491,27
Material de escritório	10.831,91	28.603,34	36.661,16	29.026,56	25.517,87
Prod. químicos/farmacêuticos	21.733,16	36.632,30	38.908,90	33.696,22	24.154,10
Peças	159.242,13	136.800,00	176.910,55	167.055,24	152.524,07
Mercadoria para venda	537.068,55	457.433,97	529.313,47	548.850,36	818.813,36
Ferramentas e utensílios	4.404,93	1.832,44	5.463,51	7.532,07	8.232,50
Material de educação e cultura	20.487,82	24.795,82	46.861,10	24.502,73	24.995,84
Outros bens	130.177,26	136.886,75	115.002,52	85.993,05	77.630,99
Total	1.559.331,12	1.570.187,14	1.595.482,86	1.503.889,68	1.789.682,19

De 2016 para 2017, as *Aquisições de Bens* subiram 19,0%. E a subcomponente responsável por tal acréscimo foi claramente a Aquisição de Mercadoria para Venda, que, só por si, sofreu um incremento de 49,1%.

O que está aqui em causa é essencialmente a aquisição de água para consumo humano à AGDA, um bem precioso e indispensável à vida humana, mas cada vez mais oneroso. Aliás esta rubrica já pesa mais de 35% do conjunto das *Aquisições de Bens*, bem à frente dos custos com Combustíveis e Lubrificantes (com um peso de cerca de 21%) ou das Matérias-primas e Subsidiárias (com um peso de cerca de 11%), que se seguem nesta ordenação (os pesos indicados referem-se às médias quinquenais verificadas).

O gráfico VII ilustra bem o peso relativo da rubrica Mercadoria para Venda, que paira bem acima de qualquer outra vertente.



Realizando agora idêntica leitura no que respeita às Aquisições de Serviços, atente-se nos valores inseridos no quadro VI:

QUADRO VI					
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
					(em euros)
Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Encargos instalações + Ilum.Pub.	844.403,84	950.610,33	1.037.570,37	790.932,93	644.922,14
Limp./ higiene e enc. resíduos	612.499,01	569.357,21	694.065,91	623.277,97	584.138,38
Conservação de bens	121.796,46	130.687,05	125.069,08	173.047,13	184.331,57
Comunicações	170.560,92	163.616,20	145.403,61	192.221,33	176.625,54
Transportes	254.405,84	239.302,85	219.478,49	219.976,69	260.458,00
Estudos e pareceres	16.143,75	5.381,25	54.200,00	140.491,09	53.224,88
Publicidade	44.697,73	43.665,83	44.754,16	36.195,63	34.851,74
Assistência técnica	54.698,98	33.127,15	59.225,92	46.648,61	56.586,91
Trabalhos especializados	187.552,98	212.383,94	212.549,34	227.013,18	98.087,45
Encargos de cobrança	115.021,53	88.468,51	88.388,79	68.367,29	79.911,67
Outros serviços	723.535,91	1.299.270,29	746.303,71	1.033.778,98	1.353.588,19
Total	3.145.316,95	3.735.870,61	3.427.009,38	3.551.950,83	3.526.726,47

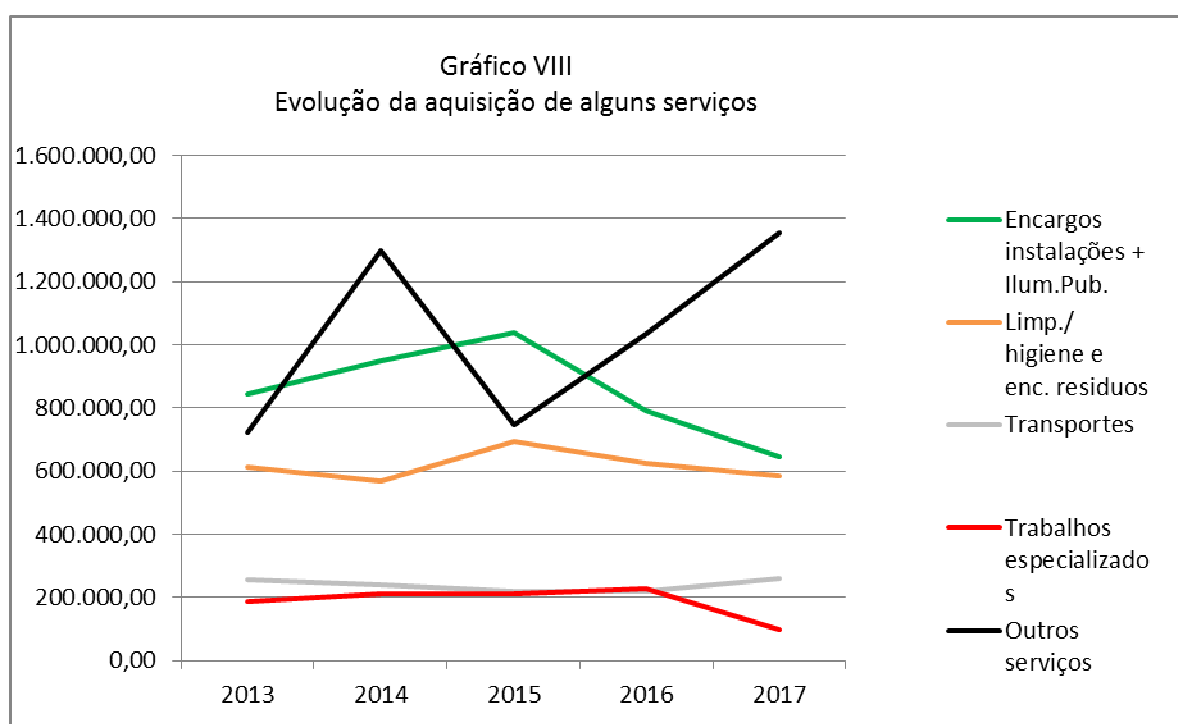
Neste caso, porventura mais significativo será verificar o peso relativo que cada componente tem na estrutura da despesa com a *Aquisição de Serviços*, já que a evolução de cada uma das designações específicas e com um peso relativo igual ou superior a 10% – com uma exceção que adiante se evidenciará - não tem tido variações muito significativas face à média dos últimos cinco anos. Vejamos então o peso evidenciado por cada parcela significativa:

Designação	Peso
Encargos instalações + Ilum.Pub.	18,3
Limp./ higiene e Enc. resíduos	16,6
Transportes	7,4
Trabalhos especializados	2,8
Comunicações	5,0
Conservação de bens	5,2
Encargos de cobrança	2,3
Estudos e pareceres	1,5
Assistência técnica	1,6
Publicidade	1,0

Que leitura fazer? Em primeiro lugar, notar que a despesa com serviços energéticos é quase um quinto da despesa total com serviços. Que para além desta, apenas o agregado relativo à Higiene, Limpeza e Encaminhamento de Resíduos pesa mais de 10% nesta estrutura de despesas, sendo cada vez mais relevante esta última componente do agregado (Encaminhamento de Resíduos) neste total.

Do ponto de vista da evolução anual, antes se referiu uma exceção: trata-se do agregado *Encargos das Instalações mais Iluminação Pública* que, depois de atingir um pico em 2015, quando a despesa superou o milhão de euros, pelo segundo ano consecutivo apresenta reduções significativas, quedando-se agora com valores inferiores a 650 mil euros. Esta importante redução é o resultado de duas ações que o Município vem perseguindo: por um lado a maior introdução de lâmpadas de baixo consumo em cada vez mais áreas onde existe iluminação pública; por outro, depois de inúmeros contratos, por edifício e por cada zona territorial, agregou-se este tipo de serviços em apenas três contratos, consoante o tipo de energia pretendida, o que, aliada à circunstância de se ter aderido a um acordo-quadro negociado pela CIMAL permitiu importantes ganhos de escala.

Em todo o caso, para uma melhor leitura da evolução anual atente-se no gráfico VIII seguinte, onde vão espelhadas algumas das rubricas em causa:



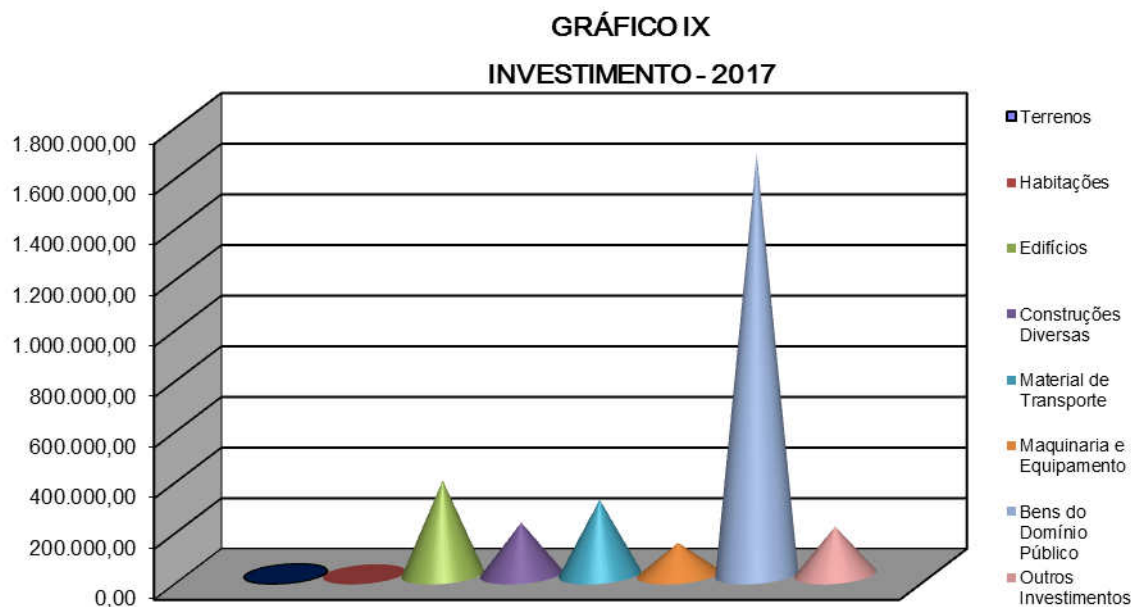
Deixando agora a área das **Despesas Correntes**, atentemos nas componentes das **Despesas de Capital**, começando pela análise relativa ao *Investimento*, porventura a integrante de maior relevância. Vejamos então os valores inscritos no quadro VII:

QUADRO VII					
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO					
	(em euros)				
Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Rubricas					
Terrenos	0,00	0,00	30.000,00	108.390,00	0,00
Habitacões	1.624,65	619,56	0,00	0,00	0,00
Edifícios	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92	371.726,64
Construções Diversas	49.588,44	0,00	158.451,50	35.082,74	204.919,02
Material de Transporte	22.321,02	123.098,05	321.791,59	266.679,37	295.067,01
Maquinaria e Equipamento	56.595,01	299.781,69	312.029,99	160.349,13	124.601,49
Bens do Domínio Público	1.902.043,67	867.989,37	118.512,00	307.828,93	1.663.104,96
Outros Investimentos	64.933,86	73.380,70	138.504,24	173.149,60	189.146,50
INVESTIMENTOS TOTAIS	2.730.610,70	1.523.505,41	2.153.350,89	1.362.738,69	2.848.565,62

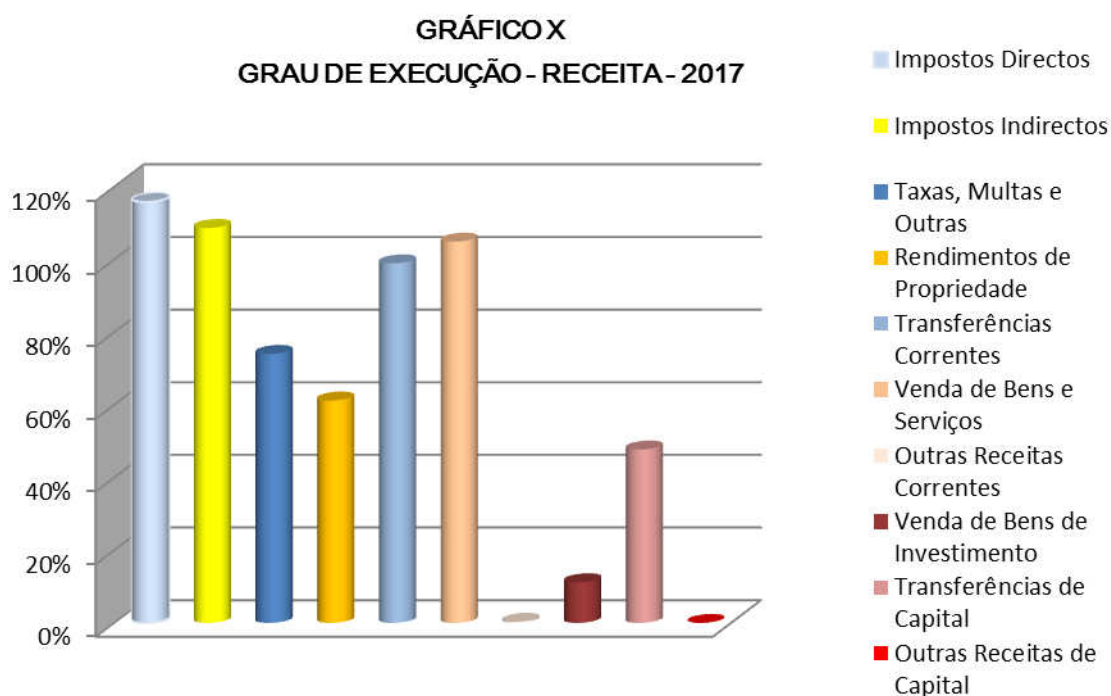
Apesar de não apresentar um valor global excepcional, a verdade é que o *Investimento* verificado em 2017 foi o mais elevado do quinquênio, mais que duplicando o valor registado no ano precedente.

Apenas as componentes *Terrenos* e *Maquinaria e Equipamento* apresentaram reduções de valor. De entre as restantes rubricas, merecem destaque especial os casos das *Construções Diversas* e dos *Bens do Domínio Público*, com incrementos superiores a 400%. Veja-se, para maior detalhe, os casos enunciados a propósito da componente *Investimento* quando tratámos das **Despesas de Capital**, que naturalmente também agora se refletem nos valores inscritos no quadro anterior. À relação de investimentos municipais então listada, haverá agora que aditar o caso do Parque de Merendas da Comporta, incluído no *Investimento* em *Parques e Jardins*.

Ao contrário do ano anterior, onde várias integrantes apresentavam valores equivalentes, embora muito mais baixos, agora o destaque da rubrica relativa aos Investimentos em *Bens do Domínio Público* é manifesta, como se pode verificar no gráfico IX que a seguir se apresenta:



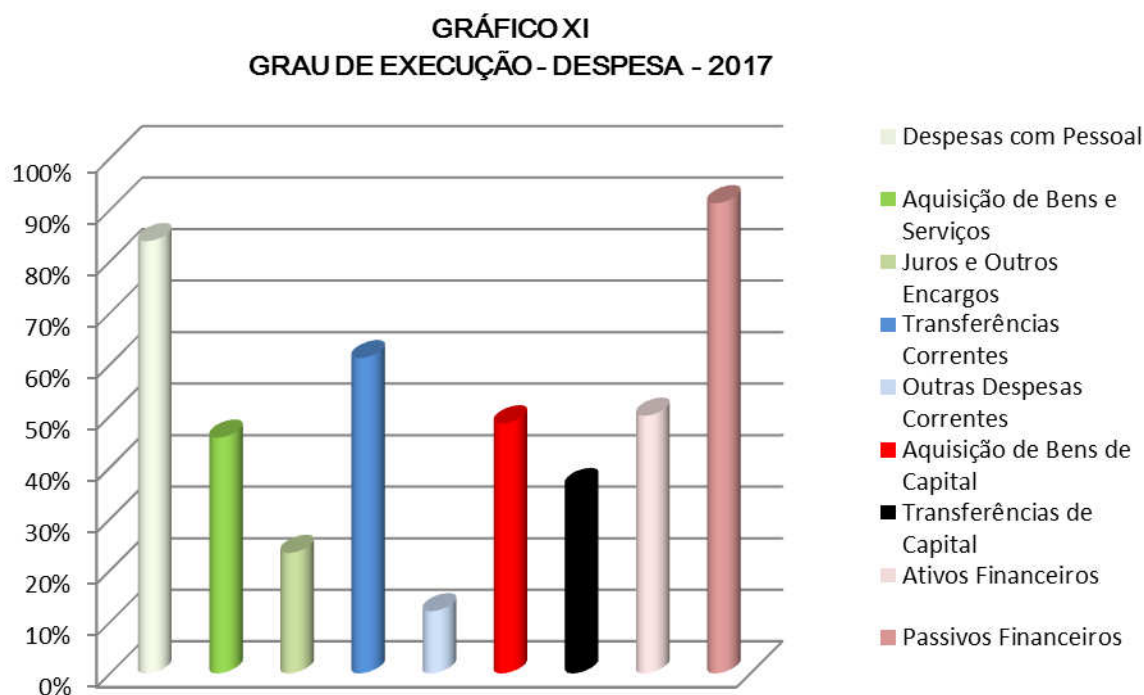
Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo Município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de conferir as previsões corrigidas e os resultados alcançados. Considerem-se os dados referidos nos gráficos X e XI, onde se dá conta do grau de execução obtido, quer nas **Receitas**, quer nas **Despesas**, em função das desagregações consideradas:



Globalmente o grau de execução da **Receita** foi de **62,8%** dos valores previstos e corrigidos, ligeiramente superior ao do ano transato. Apesar disso três componentes ultrapassaram o total da execução corrigida prevista, uma delas de forma expressiva – os **Impostos Diretos**. Os dois casos restantes com execuções acima de 100% foram os **Impostos Indiretos** e a **Venda de Bens e Serviços**.

No gráfico supra os tons vermelhos correspondem à área de capital e os tons azuis e amarelos à área corrente.

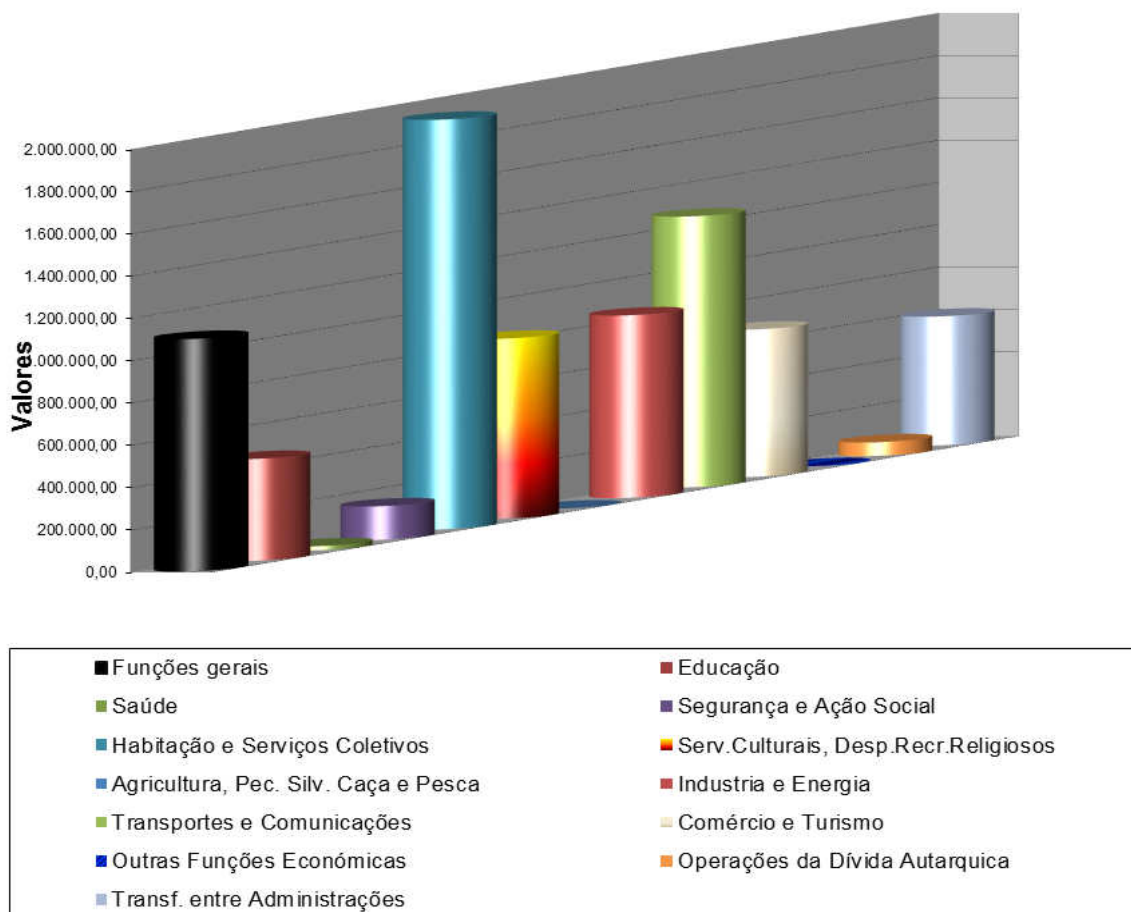
Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da **Despesa**:



Nesta área das **Despesas** o grau de execução ficou-se por 57,5%, em resultado dum grau de execução da **Despesa Corrente** de 60,0% e dum grau de execução da **Despesa de Capital** de apenas 48,5%, o primeiro ligeiramente inferior ao do ano precedente e o segundo significativamente superior. Os tons vermelhos e preto referem-se, no gráfico, às **Despesas de Capital**. Naturalmente e como é sabido e já anteriormente se tinha esclarecido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, ou seja o grau de execução não pode ser superior a 100%.

Finalmente, o gráfico XII dá-nos a perspetiva visual da forma como a execução orçamental onerou as diversas funções cometidas a esta autarquia, mantendo-se, tal como no ano transato, o agregado *Habituação e Serviços Coletivos* como o principal destino dos recursos financeiros desta autarquia, agora seguida dos *Transportes e Comunicações*:

GRÁFICO XII
SINTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL



5 - Análise na ótica patrimonial – 2017

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através das Resoluções n.º 1/2004 e n.º 3/2016, inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização do exercício.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do Município de Alcácer do Sal referentes ao exercício de 2017 e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do Município.

Para uma melhor compreensão das rubricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade reportado ao final de um exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao exercício em análise, bem como do valor líquido do ano anterior.

O ativo é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo imobilizado (bens do domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do Município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes áreas componentes:

Passivo circulante, constituído pelas obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício;

Os **Fundos Próprios** representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2017, os quais também se podem designar por “ Património Líquido” .

Traduzem portanto, o conjunto de todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2017 é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do Município naquele momento.

Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e aos acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da

entrada em vigor do POCAL, mais o património registado nos exercícios seguintes, bem como do património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Balanço em 31 de dezembro de 2017				
Designação	2017	%	2016	%
ACTIVO				
Ativo Fixo	56.507.285,50 €	84,45%	51.707.919,62 €	85,52%
Imobilizado	56.507.285,50 €		51.707.919,62 €	
Ativo Circulante	8.632.545,10 €	12,90%	8.428.317,81 €	13,94%
Existências	324.182,05 €		387.890,81 €	
Dívidas de Terceiros	6.415.251,33 €		5.236.157,31 €	
Disponibilidades	1.893.111,72 €		2.804.269,69 €	
Acréscimos e diferimentos	1.772.255,51 €	2,65%	324.030,50 €	0,54%
TOTAL	66.912.086,11 €	100,00%	60.460.267,93 €	100,00%
Fundos Próprios	48.482.809,25 €	72,46%	43.022.714,93 €	71,16%
Património	45.429.505,08 €		40.938.589,91 €	
Reservas	825.910,77 €		825.910,77 €	
Subsídios	397.628,02 €		397.628,02 €	
Doações	308.773,61 €		308.773,61 €	
Resultados transitados	1.855.764,87 €		1.528.533,78 €	
Resultados líquidos	-334.773,10 €		-976.721,16 €	
Passivo	1.917.576,41 €	2,87%	1.834.330,94 €	3,03%
Provisões para riscos e encargos	219.333,99 €		0,00 €	
Dividas a terceiros - médio e longo prazo	524.280,13 €		230.697,78 €	
Dividas a terceiros - curto prazo	1.173.962,29 €		1.603.633,16 €	
Acréscimos e diferimentos	16.511.700,45 €	24,68%	15.603.222,06 €	25,81%
TOTAL	66.912.086,11 €	100,00%	60.460.267,93 €	100,00%

Estrutura do Ativo

A composição do ativo da autarquia mostra que o Imobilizado, enquanto única rubrica do ativo fixo do Município, absorve cerca de 84% do total do seu valor. O peso muito significativo que o Imobilizado detém neste Município é uma característica verificada ao longo dos anos que, pese embora uma ligeira redução de 2016 para 2017, se mantém.

O ativo do Município apresenta um aumento na ordem de 6.452 mil euros no ano 2017, revelando-se determinante o aumento nas rubricas de Imobilizado em mais de 4.799 mil euros, e nas dívidas de terceiros em mais de 1.179 mil euros, que mais que compensaram a descida na rubrica das Disponibilidades.

A evolução do peso da rubrica de Imobilizado face ao período homólogo foi negativa em 1%, registando, no entanto, em valor absoluto, uma subida de cerca de 4.799 mil euros.

O aumento em valor absoluto do imobilizado líquido, resultou essencialmente dos valores referentes à avaliação de terrenos rústicos, e sua integração no inventário inicial do município, que se cifraram em aproximadamente 4,5 milhões de euros.

O ativo circulante tem um peso de quase 13% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual inferior ao ano 2016 em 1%, o que, em valor absoluto representa um incremento de cerca de 204 mil euros.

As disponibilidades finais ascendem a 1.893.111,72€ , dos quais 1.629.352,38€ se referem a operações orçamentais, e que se propõe serem incorporados nas receitas de 2018.

No que concerne à rubrica dívidas de terceiros, o aumento verificado ficou a dever-se essencialmente aos seguintes acréscimos de proveitos:

- a) Acordo de colaboração com o ITP, IP - Rede WiFi no valor de 48.600,00€ ;
- b) Subsídios ao Investimento – reprogramação do contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal no valor de 471.325,00€ e a
- c) Verba referente ao Museu Pedro Nunes - Alentejo 2020 no valor de 495.997,54€ .

Estrutura do Passivo e Fundos Próprios

Relativamente à estrutura do Passivo, as dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

O passivo aumentou cerca de 83 mil euros face a 2016, sobretudo por reflexo da constituição de provisões para riscos e encargos de processos judiciais no valor de 219.000,00€ , situação que em 2016 não ocorreu. A constituição desta provisão resulta da informação prestada pelo gabinete jurídico, por se ter verificado a existência provável de uma despesa desse montante relativa à qualificação de um caminho municipal (CM10), como caminho público.

No que respeita a Fundos Próprios, o RLE de 2017 apresenta um valor negativo de 334.773,10€ , recuperando face a 2016 em 641.948,06€ . O RLE de 2017 resulta essencialmente do aumento significativo dos resultados operacionais e dos resultados extraordinários, que vieram compensar o decréscimo nos resultados financeiros.

Ainda que se tenha verificado um aumento nos custos operacionais, (nomeadamente ao nível dos FSE cerca de mais 463 mil euros), os proveitos operacionais em 2017, face ao período homólogo, tiveram uma variação positiva de 6,94%, o que em valor absoluto se traduz num aumento em cerca de 985 mil euros.

Este aumento, ainda que generalizado nas rubricas de proveitos operacionais, incidiu principalmente sobre a rubrica Impostos e Taxas, por força, por um lado, de um aumento efetivo do IMT, e por outro lado de uma alteração de procedimento contabilístico do IMI, que de acordo com a FAQ 3 do SATA POCAL, deverá aplicar-se o princípio da especialização, uma vez que este imposto, ainda que liquidado e consequentemente arrecadado, no ano N+1, diz respeito ao ano N.

Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano	
	2017	2016
LIQUIDEZ GERAL		
Ativo circulante/Passivo de curto prazo	7,35	5,26
ENDIVIDAMENTO		
Dividas a terceiros/Fundos Próprios e passivo	3,80%	4,09%
AUTONOMIA FINANCEIRA		
Fundos Próprios/Ativo total	72,46%	71,16%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO		
Capitais Permanentes/Ativo fixo	86,73%	83,65%

Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo, (1 ano), determinando em que grau o ativo circulante oferece cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a capacidade que o Município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor 1, significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, verificamos que o Município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor mais do que o quádruplo do valor mínimo de referência, cifrando-se em 7,35, em resultado de um crescimento, face a 2016, de 2,09.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o Município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade. Relativamente a 2017 este rácio diminuiu, passando de 4,09% para 3,80%, melhorando a respetiva situação.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do Município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quadro supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do Município em 2017 subiu face ao registado em 2016 – passando de 71,16% para 72,46% recuperando este indicador.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado cresceu em 2017, permitindo concluir que o ativo fixo em 2017 foi financiado em 86,73% por capitais permanentes - em 2016, o indicador homólogo registou o valor de 83,65%.

Todos os rácios melhoraram face a 2016, muito por força do forte crescimento do Ativo Municipal, e do fraco aumento do Passivo, situações às quais já se fez referência.

Ativo

Durante o exercício de 2017 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)						
Ano: 2017						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	347.949,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	347.949,64 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59.772,00 €	59.772,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	42.148.160,64 €	0,00 €	52.650,72 €	816.397,19 €	43.017.208,55 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	178.752,17 €	0,00 €	1.779.870,17 €	-775.278,93 €	1.183.343,41 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		42.890.200,19 €	0,00 €	1.832.520,89 €	100.890,26 €	44.823.611,34 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	165.847,31 €	0,00 €	1.353,00 €	0,00 €	167.200,31 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		165.847,31 €	0,00 €	1.353,00 €	0,00 €	167.200,31 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.055.062,88 €	4.490.915,17 €	0,00 €	42.415,55 €	18.487.094,50 €
422	Edifícios e outras construções	33.054.084,74 €	0,00 €	0,00 €	1.161,39 €	33.086.131,56 €
423	Equipamento básico	2.789.957,22 €	0,00 €	171.078,15 €	0,00 €	2.830.832,83 €
424	Equipamento de transporte	3.860.454,44 €	0,00 €	295.067,01 €	0,00 €	4.155.521,45 €
425	Ferramentas e utensílios	484.137,17 €	0,00 €	10.492,49 €	0,00 €	484.871,41 €
426	Equipamento administrativo	661.696,21 €	0,00 €	6.147,91 €	0,00 €	648.793,49 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.360.914,76 €	0,00 €	139.633,91 €	0,00 €	1.437.611,73 €
442	Imobilizações em curso	164.034,04 €	-29.107,65 €	250.648,42 €	0,00 €	284.830,61 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		56.430.341,46 €	4.461.807,52 €	873.067,89 €	43.576,94 €	61.415.687,58 €
4112	Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	981.453,77 €	0,00 €	0,00 €	16.468,00 €	997.921,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.949.843,35 €	0,00 €	0,00 €	16.468,00 €	1.966.311,35 €

O Imobilizado Bruto do Município registou em 2017 um aumento de 6.936.578,27€ face a 2016.

Amortizações e Provisões

Ano: 2017					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	0,00 €	747,15 €	-2.589,68 €	3.336,83 €
4853	Outras construções e infraestruturas	30.507.196,53 €	1.151.999,11 €	0,00 €	31.659.195,64 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	13.322,39 €	1.521,19 €	0,00 €	14.843,58 €
4859	Outros bens de domínio público	110.082,90 €	9.306,43 €	0,00 €	119.389,33 €
Total		30.630.601,82 €	1.163.573,88 €	-2.589,68 €	31.796.765,38 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	152.014,09 €	10.250,62 €	0,00 €	162.264,71 €
Total		152.014,09 €	10.250,62 €	0,00 €	162.264,71 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	4.400.185,76 €	420.747,08 €	2.717,58 €	4.818.215,26 €
48222	Outras construções	7.280.501,98 €	239.345,23 €	20,55 €	7.519.826,86 €
4823	Equipamento básico	2.477.211,73 €	145.180,94 €	128.977,49 €	2.493.415,18 €
4824	Equipamento de transporte	3.095.198,06 €	210.143,56 €	0,00 €	3.305.341,62 €
4825	Ferramentas e utensílios	405.046,64 €	19.711,65 €	9.758,25 €	415.000,04 €
4826	Equipamento administrativo	519.066,47 €	5.961,13 €	19.050,63 €	505.976,97 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	738.739,65 €	99.372,53 €	22.080,15 €	816.032,03 €
Total		18.915.950,29 €	1.140.462,12 €	182.604,65 €	19.873.807,76 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	29.746,49 €	2.940,74 €	0,00 €	32.687,23 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		29.746,49 €	2.940,74 €	0,00 €	32.687,23 €

As amortizações do exercício registaram um valor superior em cerca de 15.956,75€ face ao registado no ano anterior. Em 2017 as amortizações do exercício apresentam o valor de 2.314.286,62€ .

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “ Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados” .

Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de Terceiros - curto prazo	2017	2016	Varição %
Cientes, contribuintes, utentes	552.894,34 €	369.559,83 €	49,61%
Estado e outros entes públicos	106.760,15 €	99.481,87 €	7,32%
Devedores e Credores Diversos - Rendas	0,00 €	0,00 €	-
Credores Transferências- Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores	5.755.596,84 €	4.767.115,61 €	20,74%
Administração Autárquica	0,00 €	0,00 €	-
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	-
Total	6.415.251,33 €	5.236.157,31 €	22,52%

Neste capítulo surge uma significativa variação na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2016 regista um aumento de 49,61%. O aumento desta rubrica no valor de 183.334,51€ , é referente a uma fatura relativa à renda de Concessão à EDP, cujo recebimento ocorreu apenas em janeiro de 2018.

Na rubrica Estado e Outros entes Públicos também com um aumento de 7,32% referente a IVA a recuperar acumulado no final do 4º trimestre de 2017, e a reportar para o período seguinte.

Por outro lado temos uma variação de 20,74% na rubrica Outros Devedores, que em valor se traduz num aumento em cerca de 988.480,00€ . Como já se referiu anteriormente esta rubrica está influenciada sobretudo pelo reconhecimento de direitos a receber resultantes das seguintes intervenções:

- Reprogramação do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal, no valor total de 471.325,00€ ;
- Museu Pedro Nunes no valor de 495.997,54€ e
- Iluminação Cénica do Património no valor de 117.888,92€ .

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Ativo	2017	2016	Varição %
Acréscimos de proveitos	1.772.239,11 €	323.230,95 €	448,29%
Custos diferidos	16,40 €	799,55 €	-97,95%
Total	1.772.255,51 €	324.030,50 €	446,94%

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2017, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 1.772.255,51€ , cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 1.772.239,11€ e a Custos Diferidos o de 16,40€ . Desta forma, e comparativamente a 2016 ocorreu uma variação positiva total de 446,94%, o que contribuiu para o acréscimo em cerca de 1.448.000,00€ do valor do Ativo.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Os Acréscimos de Proveitos no valor de 1.772.239,11€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2017 e que só vão ser recebidos em 2018 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2017 emitida em janeiro de 2018, e aos Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2017, destacando-se o IMI.

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço.

No caso vertente, os 16,40€ , referem-se a seguros a cargo do Município relacionados com os Programas Ocupacionais.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Município ascendem em 31 de dezembro de 2017 a 48.482.809,25€ , tendo aumentado cerca de 5.460 mil euros relativamente ao ano transato, derivado essencialmente do forte aumento do Património em 2017, por via da inventariação de vários terrenos rústicos.

Passivo

Passivo	2017	2016	Variação %
Empréstimos Bancários M/L Prazos	168.746,79 €	230.697,78 €	-26,85%
Fundo Apoio Municipal	355.533,34 €	0,00 €	-
Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo	524.280,13 €	230.697,78 €	127,26%
Empréstimos Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	-
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores conta corrente	183.889,44 €	61.068,97 €	201,12%
Fornecedores - Faturas em conferência	161.084,16 €	201.002,08 €	-19,86%
Clientes e Utentes c/cauções	21.393,83 €	21.393,83 €	0,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado	145.148,50 €	19.489,91 €	644,74%
Estado e Outros Entes Públicos	175.885,84 €	174.996,91 €	0,51%
Outros Credores	478.672,69 €	997.561,61 €	-52,02%
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado - Faturas conferência	7.887,83 €	128.119,85 €	-93,84%
Total das dívidas a terceiros a curto prazo	1.173.962,29 €	1.603.633,16 €	-26,79%
Total	1.698.242,42 €	1.834.330,94 €	-7,42%

O passivo de curto prazo do Município, a 31 de dezembro de 2017 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 1.173.962,29€ ,verificando-se assim, face a 2016 uma diminuição de 429.670,87€ , enquanto, no total do passivo verificamos uma redução de cerca de 136 mil euros.

De salientar, neste quadro, relativo aos empréstimos bancários de médio e longo prazo, a redução de 26,85% devido à amortização ordinária dessa rubrica. A rubrica Fornecedores de Imobilizado que registou um aumento na ordem dos 125 mil euros, bem como a rubrica Fornecedores conta corrente que também viu o seu valor aumentado em cerca de 122 mil euros, dado o volume de faturação entrada nos últimos dois meses de 2017, ter sido liquidada nos primeiros meses de 2018.

Na rubrica Outros Credores, assistimos a uma diminuição superior a 518 mil euros, que ficou a dever-se:

- À circunstância das prestações do FAM referentes a 2019, 2020 e 2021, em cerca de 355 mil euros,

terem sido objeto de alteração de registo, de acordo com Nota Explicativa do SATAPOCAL, ou seja, o registo das verbas associadas à contribuição do FAM, devem ser registadas com o seu nível de maturidade, registando em MLP a exigibilidade superior a 1 ano e a CP o exigível até 1 ano;

- A cerca de 20 mil euros da amortização do empréstimo da CIMAL, e

- A cerca de 36,4 mil euros referente à regularização de uma dívida relativa à indemnização por benfeitorias efetuadas em lotes da ZIL que reverteram para o Município.

O passivo total quer de curto prazo (CP) quer de médio e longo prazo (MLP), em 2017 ascendeu a 1.698.242,42€ , tendo sofrido uma diminuição de 7,42%, ou seja, menos 136.088,52€ , face ao ano de 2016.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Para cumprimento do princípio da especialização do exercício incluiu-se nas demonstrações financeiras, no passivo, as rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se evidencia:

Acréscimos e diferimentos - Passivo		2017	2016	Varição %
Acréscimos de Custos		1.295.390,05 €	1.152.113,60 €	12,44%
Proveitos diferidos		15.216.310,40 €	14.451.108,46 €	5,30%
	Total	16.511.700,45 €	15.603.222,06 €	5,82%

Na conta acréscimos de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2017, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2018, bem como outras despesas, de menor impacto como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de dezembro de 2017 cujo pagamento ocorrerá em 2018. Em 2017 verificou-se um aumento de cerca de 143 mil euros face a 2016.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2017 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2017, o aumento na ordem de 765 mil euros, ficou a dever-se sobretudo ao reconhecimento do direito a receber, de acordo com as regras do POCAL, pela reprogramação do contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal; pelo valor relativo ao Museu Pedro Nunes – Alentejo 2020 e pela regularização dos valores recebidos no período em apreço.

Endividamento - Médio e Longo Prazo

No exercício de 2017 o Município não contratou novos empréstimos de médio e longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor, verificou-se uma redução desta componente no valor de 61.950,99€ .

No final do exercício de 2017 o endividamento de MLP ascende apenas a 168.746,79€ .

Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) alterada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, consideram-se os limites da Dívida Total para 2017:

“ 1 - A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um Município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto” , republicada em anexo pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

5 - Para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, (FEEI), ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Os limites da Dívida Total em 2017, para o Município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do Município - 4º trimestre 2017, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 21.335.379,49€ ;
- A Dívida Total municipal foi de 1.036.927,00€ ;
- A Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 868.180,21€ ;
- Ficando assim uma margem absoluta de 20.298.452,00€ . Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.059.690,00€ .

O valor da Dívida Total municipal registado em 2017, (extraído da Ficha do Município - 4º trimestre 2017 – DGAL), sofreu uma diminuição, quando comparado com os valores apurados de 2016, (extraídos da Ficha do Município – Prestação de Contas 2016 – DGAL), de 3,21% que corresponde ao valor de 34.417,00€ .

Podemos assim inferir que o Município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2017.

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por natureza, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, a saber: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do Município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2017, o Município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido negativo de 334.773,10 € encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2017	2016
Resultados Operacionais	-1.699.673,01 €	-2.083.694,54 €
Resultados Financeiros	767.100,55 €	812.878,23 €
Resultados Correntes	-932.572,46 €	-1.270.816,31 €
Resultados Extraordinários	597.799,36 €	294.095,15 €
Resultado Líquido do Exercício	-334.773,10 €	-976.721,16 €

Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 15.188.413,66€ e os custos operacionais a 16.888.086,67€ , dando origem a um resultado operacional negativo de 1.699.673,01€ , recuperando os valores registados em 2016 em cerca de 384 mil euros.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais subiram mais de 985.000,00€ relativamente a 2016, tendo sido influenciados pelo bom desempenho de todas as rubricas, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas que cresceu cerca de 619.000,00€ face a 2016, dentro da qual se destaca o IMT.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2017		2016		Variação %
	Valor	%		%	
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.757.330,01 €	11,57%	1.643.630,99 €	11,57%	6,92%
Impostos e Taxas	3.488.723,39 €	22,97%	2.868.922,36 €	20,20%	21,60%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Transferências e Subsídios Obtidos	9.942.360,26 €	65,46%	9.690.667,34 €	68,23%	2,60%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Total	15.188.413,66 €	100,00%	14.203.220,69 €	100,00%	6,94%
Custos Operacionais	2017		2016		Variação %
	Valor	%		%	
CMVMC	484.917,13 €	2,87%	537.344,60 €	3,30%	-9,76%
Fornecimento e Serviços Externos	5.672.034,84 €	33,59%	5.208.042,27 €	31,98%	8,91%
Custos com Pessoal	7.006.941,04 €	41,49%	6.958.841,23 €	42,73%	0,69%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	872.349,59 €	5,17%	890.828,06 €	5,47%	-2,07%
Amortizações do Exercício	2.314.286,62 €	13,70%	2.298.329,87 €	14,11%	0,69%
Provisões do Exercício	340.010,94 €	2,01%	70.573,07 €	0,43%	381,79%
Outros Custos e Perdas Operacionais	197.546,51 €	1,17%	322.956,13 €	1,98%	-38,83%
Total	16.888.086,67 €	100,00%	16.286.915,23 €	100,00%	3,69%

Resumo:

Resultados Operacionais	2017	2016	Variação %
Custos e Perdas Operacionais	16.888.086,67 €	16.286.915,23€	6,94%
Proveitos e Ganhos Operacionais	15.188.413,66 €	14.203.220,69 €	3,69%
Total	-1.699.673,01 €	-2.083.694,54 €	-18,43%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2017), e face a 2016, os custos operacionais sofreram um aumento de 3,69% que equivale a cerca de 601 mil euros e os proveitos operacionais também acompanharam um aumento de mais de 985 mil euros, correspondentes a 6,94%.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, que em 2016 representava 68,23% da totalidade dos proveitos operacionais, apresenta um decréscimo, passando em 2017 para 65,46%.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do Município

face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Cofinanciados.

Em 2017 o custo das matérias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) cifrou-se em 484.917,13€ , diminuindo cerca de 52 mil euros face a 2016 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica fornecimento e serviços externos (FSE) face a 2017 registou um aumento de 8,91%, traduzindo-se em cerca de 463 mil euros.

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 872.349,59€ diminuiu 5,17%, face a 2016 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo, etc., que o Município decidiu atribuir a várias entidades do Concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

O aumento em 381,79% das provisões no exercício de 2017 agravou os custos operacionais, e cifrou-se em mais de 340 mil euros. Este valor refere-se sobretudo ao ajustamento e constituição de novas provisões para dívidas de terceiros de acordo com as considerações técnicas, relativamente aos critérios e métodos para contabilização das provisões, previstas no ponto 2.7.1 do POCAL.

Também o acréscimo registado no valor das amortizações do exercício de 2017 face a 2016, veio influenciar negativamente o valor final dos custos operacionais.

Os custos operacionais em 2017 apresentam o valor de 16.888.086,67€ , sendo as rubricas com maior peso os custos com pessoal, com 41,49% e os FSE que relevam com 33,59% para o total dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

Proveitos Financeiros	2017		2016		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros obtidos	0,00 €	0,00%	3,51 €	0,00%	-100,00%
Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Rendimentos de imóveis	771.951,10 €	99,84%	819.112,62 €	99,80%	-5,76%
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.208,34 €	0,16%	1.659,64 €	0,20%	-27,19%
Total	773.159,44 €	100,00%	820.775,77 €	100,00%	-5,80%
Custos Financeiros	2017		2016		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros Suportados	2.161,54 €	35,68%	3.200,40 €	40,52%	-32,46%
Amortizações de investimentos imóveis	2.940,74 €	48,54%	2.940,74 €	37,24%	0,00%
Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Outros custos e perdas financeiras	956,61 €	15,79%	1.756,40 €	22,24%	-45,54%
Total	6.058,89 €	100,00%	7.897,54 €	100,00%	-23,28%

Resumo:

Resultados Financeiros	2017	2016	Variação %
Custos e Perdas Financeiros	6.058,89 €	7.897,54 €	-23,28%
Proveitos e Ganhos Financeiros	773.159,44 €	820.775,77 €	-5,80%
Total	767.100,55 €	812.878,23 €	-5,63%

Ainda que tenha existido uma variação negativa, quer nos custos, quer nos proveitos, em relação ao ano 2016, os Resultados Financeiros apresentam valores positivos de 767.100,55€, verificando-se uma diminuição de 5,63% face a 2016.

Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários	2017		2016		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ganhos em existências	7.223,84 €	1,00%	54,78 €	0,01%	13.087,00%
Ganhos em imobilizações	19.199,03 €	2,66%	112.734,13 €	11,52%	-82,97%
Benefícios de penalidades contratuais	41.748,34 €	5,79%	167.224,50 €	17,09%	-75,03%
Reduções de amortizações e provisões	10.369,04 €	1,44%	41.353,61 €	4,23%	-74,93%
Correções relativas a exercícios anteriores	3.338,76 €	0,46%	3.706,53 €	0,38%	-9,92%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	639.223,30 €	88,65%	653.478,80 €	66,78%	-2,18%
Total	721.102,31 €	100,00%	978.552,35 €	100,00%	-26,31%

Custos Extraordinários	2017		2016		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Transferências de capital concedidas	66.925,70 €	54,28%	67.923,02 €	9,92%	-1,47%
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Perdas em existências	70,03 €	0,06%	31.951,65 €	4,67%	-99,78%
Perdas em imobilizações	50.517,64 €	40,97%	583.281,97 €	85,22%	-91,34%
Multas e penalidades	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	5.486,21 €	4,45%	1.215,45 €	0,18%	351,37%
Outros custos e perdas extraordinários	303,37 €	0,25%	85,11 €	0,01%	256,44%
Total	123.302,95 €	100,00%	684.457,20 €	100,00%	-81,99%

Resumo:

Resultados Extraordinários	2017	2016	Variação %
Custos e Perdas Extraordinários	123.302,95 €	684.457,20 €	-81,99%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	721.102,31 €	978.552,35 €	-26,31%
Total	597.799,36 €	294.095,15 €	103,27%

Os resultados extraordinários em 2017 apresentam o valor de 597.799,36€ , evidenciando um aumento de 103,27% relativamente a 2016.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários registaram uma forte diminuição em cerca de 561 mil euros, e os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram um decréscimo de cerca de 257 mil euros, originando assim um crescimento dos Resultados Extraordinários.

Os custos e perdas extraordinários contemplam sobretudo, todos os protocolos celebrados pelo Município com as diversas instituições do Concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção, melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas instituições.

Os custos e perdas recuaram devido ao volume dos abates ter sido substancialmente inferior aos anos anteriores que sofreram a influência do encerramento da EMSUAS e da antiga Escola do Morgadinho.

A diminuição verificada nos proveitos e ganhos extraordinários, comparativamente com 2016 resultou essencialmente da quebra de valor com a alienação de imóveis e de um menor reconhecimento de juros de mora referentes a impostos diretos.

Proposta de Aplicação de Resultados

Dado que o resultado líquido obtido no exercício de 2017 foi negativo, nos termos do ponto 2.7.3.2 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, não há lugar à aplicação de resultados.

Assim, propomos que o RLE no valor de -334.773,10€ seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Alcácer do Sal, 20 de março de 2018